

Resposta aos Recursos – Língua Portuguesa – Ensino Superior

Questão	Justificativa	Conclusão	Alteração
TIPO 1- 1 TIPO 2- 1 TIPO 3- 1	A alternativa C, sintetiza de forma mais ampla e precisa a tese central do texto: o compartilhamento acrítico de conteúdos em grupos digitais cria aparência de autoridade, confere prestígio emocional a mensagens sem lastro e enfraquece critérios legítimos de verdade, como verificação, fonte, contexto, crítica e evidência. A alternativa E não pode ser considerada igualmente correta, porque toma como núcleo da tese apenas um mecanismo parcial mencionado no texto — a familiaridade entre usuários — e, além disso, emprega formulação incompatível com a crítica do autor ao afirmar que os conteúdos compartilhados se convertem em “saber confiável e socialmente legitimado”. O texto não afirma que esse saber seja de fato confiável; ao contrário, ironiza justamente a falsa confiança produzida pela intimidade digital, pela identidade de grupo e pela circulação veloz da desinformação. Expressões como “certeza sem lastro”, “mensagem falsa”, “notícia duvidosa”, “performance da certeza” e “informação não vira verdade por circular depressa” demonstram que o autor denuncia uma simulação de autoridade e de conhecimento, não uma legitimação real ou válida do saber. Assim, embora a alternativa E dialogue com trecho específico sobre familiaridade e pertencimento, ela não traduz a tese global e ainda suaviza ou distorce o teor crítico do texto. A alternativa C é a única que reúne os elementos centrais da argumentação — compartilhamento acrítico, prestígio aparente, autoridade simulada e desgaste dos critérios de verdade — inexistindo dupla resposta ou ambiguidade capaz de justificar a anulação da questão.	Indeferido	-
TIPO 1- 2 TIPO 2- 2 TIPO 3- 2	A expressão “Ela vem embrulhada em pertencimento” indica que a adesão ao conteúdo não decorre de sua confiabilidade objetiva, de autoridade técnica ou de verificação racional, mas de vínculos identitários, sensação de pertencimento e participação em um grupo que se percebe como detentor de uma verdade especial. O próprio parágrafo esclarece esse sentido ao afirmar que “compartilhar certos conteúdos virou, para muita gente, uma forma de identidade”, que não se encaminha apenas uma notícia duvidosa, mas “um modo de estar no mundo”, “uma senha de grupo” e “uma medalha invisível”. Assim, a alternativa E traduz diretamente o efeito semântico da imagem “embrulhada em pertencimento”. A alternativa C não é válida, pois afirma que a circulação do boato atende sobretudo a uma necessidade prática de orientação imediata diante de temas especializados, o que não corresponde ao trecho: o texto não apresenta o compartilhamento como busca prática de orientação, mas como mecanismo emocional, identitário e vaidoso de validação grupal. Também não há sobreposição entre C e E, porque a alternativa C desloca o foco para uma suposta utilidade informativa, enquanto a alternativa E identifica corretamente o fundamento afetivo e social da adesão. Portanto, há resposta única e objetiva, inexistindo ambiguidade capaz de justificar anulação.	Indeferido	-
TIPO 1- 4 TIPO 2- 4 TIPO 3- 4	Mantém-se o gabarito na alternativa D, pois o texto se organiza predominantemente como reflexão argumentativa de tom irônico, construída com vocabulário culto, imagens expressivas e referências correntes da vida digital, como “universidade do WhatsApp”, “campus cabe no bolso”, “repassa antes que apaguem”, “doutor honorário do aplicativo” e “pensar antes de encaminhar”. O objetivo do texto não é relatar experiências pessoais, nem reconstruir episódios vividos pelo enunciador em sequência temporal, como exige a alternativa B; não há narrador testemunhal, memorialismo, relato	Indeferido	-

	autobiográfico ou centralidade em vivências individuais. As cenas e personagens mencionados são tipos sociais caricaturais usados para sustentar uma crítica à desinformação, à autoridade simulada, à certeza sem verificação e ao compartilhamento acrítico de mensagens. A invocação de gêneros textuais não torna a alternativa B correta, pois a presença de exemplos, imagens cotidianas ou comentários valorativos não converte o texto em relato testemunhal. Ao contrário, tais recursos servem à progressão argumentativa e ao tom irônico da crítica social. As alternativas A, C e E também não descrevem adequadamente o texto, pois ele não é exposição técnica neutra, comentário normativo regulamentar nem notícia analítica de atualidade. Assim, a alternativa D é a única que caracteriza corretamente a enunciação e o modo de organização predominante do texto, inexistindo dupla resposta ou fundamento para anulação.		
TIPO 1- 5 TIPO 2- 5 TIPO 3- 5	A expressão “universidade do WhatsApp” funciona principalmente como metáfora de efeito paródico: o texto transfere para o universo dos grupos de mensagem signos próprios da vida acadêmica — “universidade”, “campus”, “vestibular”, “titulação”, “mestre”, “catedrático” e “doutor honorário” — para ironizar a falsa autoridade atribuída a conteúdos compartilhados sem método, evidência ou verificação. A alternativa E não pode ser considerada correta, pois classifica a expressão como “antítese conceitual” e afirma que ensino sistemático e improvisação digital seriam “formas equivalentes de legitimação”, o que contraria a tese do texto. O autor não apresenta a universidade formal e a circulação acrítica de mensagens como formas equivalentes de conhecimento; ao contrário, contrapõe conhecimento validado por estudo, crítica e evidência à simulação de autoridade produzida pela pressa, pela familiaridade e pela convicção sem lastro. Ainda que haja, no desenvolvimento global do texto, contraste entre conhecimento rigoroso e desinformação digital, a pergunta recai sobre a função predominante da expressão “universidade do WhatsApp”, que se estrutura pela metáfora paródica, e não pela antítese como figura central. Assim, não há sobreposição semântica suficiente entre as alternativas B e E, pois apenas a alternativa B identifica com precisão o recurso expressivo e sua função crítica no texto. Portanto, inexistente dupla resposta ou fundamento para anulação da questão.	Indeferido	-
TIPO 1- 6 TIPO 2- 6 TIPO 3- 6	Mantém-se o gabarito na alternativa A, pois ela apresenta classificação morfológica correta no plano sincrônico da língua portuguesa, que é o critério usualmente adotado em questões de formação de palavras. “Desinformação” forma-se por prefixação, com acréscimo do prefixo “des-” a “informação”, exprimindo ideia de negação, oposição ou afastamento do sentido-base. “Intimidade”, por sua vez, resulta de sufixação, com formação nominal abstrata a partir de “Íntimo” por meio do sufixo “-idade/-dade”, processo produtivo em palavras que indicam qualidade, estado ou condição. A alegação de divergência doutrinária fundada em transformações históricas ou etimológicas do vocábulo não invalida a questão, pois o item não cobra reconstrução histórico-comparativa da origem latina das palavras, mas reconhecimento de processos de formação na estrutura do português contemporâneo. As demais alternativas apresentam erros evidentes: “enciclopédica” não resulta de justaposição; “convicção” não é caso de regressão; “bibliografia” não se explica por simples sufixação; “honorário” não resulta de prefixação; “metodologia” não é regressão; “perseguição” não é composição; e “prestígio” não é parassíntese. Assim, não há ambiguidade objetiva nem ausência de alternativa	Indeferido	-

	correta, permanecendo a alternativa A como única compatível com a análise morfológica exigida. Fontes: CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017. BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.		
TIPO 1- 8 TIPO 2- 8 TIPO 3- 8	Mantém-se o gabarito na alternativa C, pois o segmento “desde que pronunciada com segurança” tem valor de condição, equivalente a “desde que seja pronunciada com segurança” ou “contanto que seja pronunciada com segurança”. A oração indica requisito para que a oração principal se realize: a ignorância “ganha aplauso de auditório” se for pronunciada com segurança. A forma verbal “pronunciada” está no particípio, isto é, em forma nominal, o que caracteriza estrutura reduzida; a presença da locução “desde que” não transforma o trecho em oração desenvolvida, pois não há verbo finito expresso. Trata-se, portanto, de oração subordinada adverbial condicional reduzida de particípio. A classificação como adjetiva explicativa não procede, porque o trecho não apenas caracteriza o substantivo “ignorância”, mas estabelece condição para a ocorrência do predicado principal. Também não há valor temporal, coordenado explicativo ou conformativo, já que a construção não indica anterioridade, esclarecimento coordenado nem conformidade, mas condição. Quanto à alegação de ausência de destaque gráfico, o período apresenta um único segmento intercalado com valor oracional a ser classificado, introduzido por “desde que”, e as alternativas deixam claro que a análise recai sobre esse trecho, inexistindo prejuízo objetivo à compreensão do comando. Assim, a questão possui alternativa correta única e não apresenta vício gramatical ou formal que justifique anulação. Fontes: CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017. BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.	Indeferido	-
TIPO 1- 10 TIPO 2- 10 TIPO 3- 10	Após reanálise, verifica-se que a questão comporta duplicidade de resposta correta entre as alternativas C e D. O trecho original “chamam de conhecimento aquilo que sobrevive ao teste do tempo, da crítica e da evidência” tem como transposição regular para a voz passiva analítica a estrutura em que o objeto direto “aquilo que sobrevive ao teste do tempo, da crítica e da evidência” passa a sujeito paciente, acompanhado da locução verbal passiva “é chamado”. A alternativa D preserva de modo mais literal a construção original, ao empregar “é chamado de conhecimento”. Contudo, a alternativa C, “é chamado conhecimento”, também realiza voz passiva analítica e mantém o mesmo sentido essencial, uma vez que, na norma-padrão, o verbo “chamar”, quando empregado com predicativo, admite construção com ou sem a preposição “de”, como em “chamar algo conhecimento” ou “chamar algo de conhecimento”. Assim, a ausência da preposição “de” na alternativa C não descaracteriza a voz passiva analítica nem altera substancialmente o sentido do enunciado. As alternativas A, B e E permanecem inadequadas por, respectivamente, apresentarem voz passiva	Deferido	Anulada

	sintética, alterarem o tempo verbal para o passado e modificarem o aspecto verbal da construção. Entretanto, como C e D são gramaticalmente defensáveis e atendem ao comando de reescrita com preservação de sentido e transposição para a voz passiva analítica, fica comprometida a unicidade da resposta exigida em questão objetiva de múltipla escolha. Portanto, a banca defere o recurso, anulando a questão.		
--	---	--	--